

**Cooperativa Central de Crédito do
Estado de São Paulo – Sicoob São
Paulo**

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de
2020 e o relatório do auditor independente**





**Moore Prisma Auditores e
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-340-2020

Ribeirão Preto SP, 25 de agosto de 2020.

À
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Atenção do Senhor **Rodrigo Matheus Silva de Moraes**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Prisma Auditores e Consultores

Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo**Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020 e o relatório do auditor independente****Sumário**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	15
5 Títulos e valores mobiliários	16
6 Operações de crédito	17
7 Outros ativos	18
8 Investimentos	19
9 Imobilizado de uso, líquido	20
10 Depósitos a prazo.....	20
11 Relações interfinanceiras	21
12 Provisões para contingências.....	21
13 Outros passivos.....	22
14 Patrimônio líquido.....	23
15 Outros ingressos operacionais	24
16 Dispêndios com pessoal.....	24
17 Dispêndios administrativos	24
18 Outros dispêndios operacionais	24
19 Partes relacionadas.....	25
20 Índice de Basileia	28
21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	28
22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas.....	30
23 Seguros contratados	31

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de agosto de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

Ativo	Nota	30/6/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	30/6/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante		12.443.208	4.977.196	Circulante e não circulante		5.945.382	4.708.227
Caixa e equivalentes a caixa	3	6.009.701	4.681.007	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros				Depósitos a prazo	10	26.099	4.517.584
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.178	-	Relações interfinanceiras	11	5.912.883	183.425
Títulos e valores mobiliários	5	47.492	147.018	Provisões para contingências	12	836	926
Operações de crédito	6	3.719	-	Outros passivos	13	5.564	6.292
Outros ativos financeiros	12	838	829				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(19)	-	Patrimônio líquido	14	276.222	268.969
Outros ativos	7	1.286	1.249	Capital social		238.138	231.548
Investimentos	8	149.487	144.568	Reserva legal		22.503	22.503
Imobilizado de uso, líquido	9	3.901	2.525	Reserva de contingência		9.885	9.885
Intangível, líquido		21	-	Sobras acumuladas		5.696	5.033
Total do ativo		6.221.604	4.977.196	Total do passivo e patrimônio líquido		6.221.604	4.977.196

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ingressos de intermediação financeira		93.894	131.172
Operações de crédito		16	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	85.417	118.140
Títulos e valores mobiliários	5	8.461	13.032
Dispêndios de intermediação financeira		(87.325)	(124.361)
Operações de captação no mercado	10 e 11	(87.306)	(124.361)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6d	(19)	-
Resultado bruto de intermediação financeira		6.569	6.811
Ingressos operacionais		5.467	9.643
Resultado de equivalência patrimonial	8	4.026	8.798
Outros ingressos operacionais	15	1.441	845
Dispêndios operacionais		(6.340)	(7.538)
Dispêndios com pessoal	16	(3.656)	(2.705)
Dispêndios administrativos	17	(2.518)	(2.349)
Dispêndios de depreciação e amortização		(123)	(103)
Outros dispêndios operacionais	18	(43)	(2.381)
Resultado operacional		5.696	8.916
Resultado não operacional		-	(862)
Sobra líquida dos semestres		5.696	8.054

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sobra líquida dos semestres	5.696	8.054
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos semestres	<u>5.696</u>	<u>8.054</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Reserva de contingência		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	205.688	20.705	20.487	9.736	256.616
Deliberações da Assembleia Geral Ordinária					
Aumento de capital com sobras	9.736	-	-	(9.736)	-
Utilização da reserva de contingência	-	-	(5.301)	-	(5.301)
Integralizações de capital	1.782	-	-	-	1.782
Sobra líquida do semestre	-	-	-	8.054	8.054
Saldos em 30 de junho de 2019	217.206	20.705	15.186	8.054	261.151
Saldos em 31 de dezembro de 2019	231.548	22.503	9.885	5.033	268.969
Deliberações da Assembleia Geral Ordinária					
Aumento de capital com sobras	5.033	-	-	(5.033)	-
Integralizações de capital	1.557	-	-	-	1.557
Sobra líquida do semestre	-	-	-	5.696	5.696
Saldos em 30 de junho de 2020	238.138	22.503	9.885	5.696	276.222

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	2020	2019
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	1.329.550	296.355
Sobra ajustada dos semestres:	1.722	(5.939)
Sobra líquida dos semestres	5.696	8.054
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19	-
Resultado de equivalência patrimonial	(4.026)	(8.798)
Depreciação e amortização	123	103
Residual de baixas de imobilizado de uso	-	3
(Reversão) Provisão para contingências	(90)	(5.301)
Variações nos ativos:	90.583	3.293
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.178)	9.270
Títulos e valores mobiliários	99.526	(11.441)
Operações de crédito	(3.719)	-
Outros ativos financeiros	(9)	-
Outros ativos	(37)	5.464
Variações nos passivos:	1.237.245	299.001
Depósitos a prazo	(4.491.485)	289.085
Relações interfinanceiras	5.729.458	9.627
Outros passivos	(728)	289
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.413)	(170)
Aumento de investimentos	(8.191)	(21.419)
Recebimento de dividendos	7.298	21.291
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(1.520)	(42)
Fluxos de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.557	1.782
Utilização da reserva de contingência	-	-
Integralizações de capital	1.557	1.782
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.328.694	297.967
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4.681.007	3.932.633
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 3)	6.009.701	4.230.600

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (denominada “Cooperativa”), fundada em 6 de dezembro de 1988, é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 3 de novembro de 2005, através do registro sob nº 63.917.579/0001-71.

A Cooperativa está sediada na Avenida Professor João Fiusa nº 2.604, bairro Jardim Canadá, em Ribeirão Preto SP e tem sua área de atuação abrangendo todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (nota 19a).

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular BCB nº 3.669/2013 requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

O Sicoob São Paulo tem implementado medidas para gestão das operações e apoio aos empregados, cooperativas singulares e comunidades, diante da pandemia da COVID-19. O Sicoob São Paulo exerce permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Os dirigentes acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das cooperativas singulares em assuntos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações. A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 25 de agosto de 2020.

Em 30 de maio de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.720/2019, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na

resolução, a Cooperativa passou a divulgar as Demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o BACEN emitiu a Circular BCB nº 3.959/2019, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (nota 3).

b.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

b.6 Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

b.7 Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

b.8 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

b.9 Imobilizado de uso

Instalações, móveis e equipamentos, veículos e imóveis, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 9. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em receitas não operacionais, líquidas.

b.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.11 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.12 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.14 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pelas administrações das cooperativas do Sistema quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em

consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As administrações das cooperativas do Sistema revisam periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e instrumentos financeiros são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa (nota 2b.3).

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	21	25
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.645.362	4.477.833
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	364.318	203.149
	6.009.701	4.681.007

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade			30/6/2020	31/12/2019
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
	Até 90 dias	Após 360 dias		Até 90 dias
LFT Compromissada BANCOOB	135.312	-	135.312	1.118.929
CDI – Pós-fixada	5.510.050	5.178	5.515.228	3.358.904
	5.645.362	5.178	5.650.540	4.477.833

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT e em aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, efetuadas no BANCOOB (nota 19a), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e da SELIC, respectivamente. Parte do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez de 2020 encontra-se bloqueado pelo BANCOOB, para cumprir acordo de compensação de operações de crédito rural das cooperativas associadas no montante de R\$ 5.178.

Foi registrado no primeiro semestre de 2020, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 85.417 (R\$ 118.140 em 2019).

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	30/6/2020			31/12/2019		
	Circulante			Circulante		
	Até 90 dias	Após 90 dias	Total	Até 90 dias	Após 90 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	136.380	-	136.380	89.833	134.016	223.849
Certificados Tesouro Nacional – ECTN (ii)	-	47.492	47.492	43.082	13.002	56.084
Fundo Centralização Financeira (iii)	27.926	-	27.926	70.234	-	70.234
Fundo Renda Fixa (iv)	200.012	-	200.012	-	-	-
	364.318	47.492	411.810	203.149	147.018	350.167

- (i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.
- (ii) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(iii) Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob São Paulo e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

(iv) Referem-se a cotas de Fundo de Renda Fixa no BANCOOB, cuja remuneração média é de, aproximadamente, 114% do CDI. Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial e Tesouro Nacional.

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2020, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 8.461 (R\$ 13.032 em 2019).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação

<u>Descrição</u>	<u>30/6/2020</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	1.858	1.861	3.719
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10)	(9)	(19)
	<u>1.848</u>	<u>1.852</u>	<u>3.700</u>

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

<u>Nível de risco</u>	<u>Provisão %</u>	<u>30/6/2020 Vincendas</u>
A	0,5	<u>3.719</u>

c Composição do saldo por faixas de vencimento

<u>Faixas de vencimento</u>	<u>30/6/2020</u>
De 91 a 360 dias	1.858
Acima de 360 dias	1.861
	<u>3.719</u>

d Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldos iniciais	<u>30/6/2020</u>
	-
Constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(19)
Saldos finais	<u>(19)</u>

7 Outros ativos

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Adiantamento a funcionários	133	21
Devedores diversos	398	574
Bens não de uso próprio – imóvel (i)	1.517	1.517
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio (i)	(863)	(863)
Despesas antecipadas	101	-
	1.286	1.249

(i) Refere-se a imóveis recebidos de cooperativa ex-associada, em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito.

8 Investimentos

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB	120.105	115.186
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação	28.935	28.935
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC	434	434
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora	12	12
	149.487	144.568

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos:

	BANCOOB	SICOOB Confederação	CONFEBRÁS	CNAC	SICOOB Corretora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	174.358	28.912	1	328	12	203.611
Recebimento de dividendos	(21.291)	-	-	-	-	(21.291)
Resultado de equivalência patrimonial	8.798	-	-	-	-	8.798
Aumento de investimentos	21.290	23	-	106	-	21.419
Saldos em 30 de junho de 2019	183.155	28.935	1	434	12	212.537
Resultado de equivalência patrimonial	4.424	-	-	-	-	4.424
Aumento de investimentos	(72.393)	-	-	-	-	(72.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	115.186	28.935	1	434	12	144.568
Recebimento de dividendos	(7.298)	-	-	-	-	(7.298)
Resultado de equivalência patrimonial	4.026	-	-	-	-	4.026
Aumento de investimentos	8.191	-	-	-	-	8.191
Saldos em 30 de junho de 2020	120.105	28.935	1	434	12	149.487

9 Imobilizado de uso, líquido

Descrição	Taxa anual de depreciação			30/6/2020	31/12/2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	1.728	-	1.728	238
Instalações	10%	20	(7)	13	15
Móveis e equipamentos	10%	980	(677)	303	328
Veículos	20%	91	(60)	31	68
Imóveis	4%	2.500	(674)	1.826	1.876
		5.319	(1.418)	3.901	2.525

10 Depósitos a prazo

a Composição do saldo

Descrição			30/6/2020	31/12/2019
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Depósitos	20.922	5.177	26.099	4.517.584

Os depósitos a prazo possuem liquidez imediata, são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Com a finalidade de redução de despesas com registros na B3, foi aprovado no decorrer do primeiro semestre de 2020, a transferência dos recursos das singulares em Depósito a Prazo (RDC) para a Centralização Financeira (salvo as aplicações que tratam de garantias), alterando também, a remuneração diária de 95% do CDI do dia para 100% do CDI dia (Nota 11a).

b Concentração de depósitos a prazo

	30/6/2020		31/12/2019	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	5.221	20	1.913.507	42
Dois maiores depositantes	10.397	40	2.756.240	61
Oito/dez maiores depositantes	26.099	100	4.166.715	92

No primeiro semestre de 2020, foram registrados R\$ 69.092 (R\$ 119.765 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, de depósito a prazo.

11 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Centralização financeira de cooperativas	<u>5.912.883</u>	<u>183.425</u>

A circular BCB nº 3.238/2004, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o Sicoob São Paulo.

No primeiro semestre de 2020, foram registrados R\$ 18.214 (R\$ 4.596 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, de centralização financeira.

b Concentração da centralização financeira

	<u>30/6/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>
Maior depositante	2.071.824	35	36.116	20
Dois maiores depositantes	3.262.093	55	60.053	33
Dez maiores depositantes	5.362.076	91	147.387	80

12 Provisões para contingências

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui depósitos judiciais de R\$ 838 em 30 de junho de 2020 (R\$ 829 em 31 de dezembro de 2019). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados.

Portanto, em 30 de junho de 2020, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 836 (R\$ 926 em 31 de dezembro de 2019), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

No decorrer do primeiro semestre de 2020, a Cooperativa teve a perda de um processo trabalhista e em virtude do desfecho do processo, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 100.

A Cooperativa é ré em uma demanda de natureza cível, com valor total de R\$ 192, e uma demanda de natureza tributária, com valor total de R\$ 377, discutidas na esfera judicial, onde a administração decidiu com base na opinião de seus assessores jurídicos, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar provisão para contingência em face desse assunto.

A provisão está assim constituída:

Descrição	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	926
Reversão (nota 15)	(100)
Atualização (nota 18)	10
Saldo em 30 de junho de 2020	836

Conforme os assessores jurídicos da Cooperativa, não há outros processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2020.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

13 Outros passivos

Descrição	30/6/2020		31/12/2019	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e Estatutárias:				
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	3.845	4.079	-	4.079
Gratificações a pagar	-	250	-	250
Quotas de capital a pagar	198	199	198	397
	4.043	4.528	198	4.726
Fiscais e Previdenciárias:				
Impostos e contribuições a recolher	246	280	-	280
Diversas:				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	1.000	715	-	715
Outras	275	571	-	571
	1.275	1.286	-	1.286
	5.564	6.094	198	6.292

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14c).

14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 30 de junho de 2020 e de 2019 a Cooperativa contava com 17 associadas.

No primeiro semestre de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.557, com recursos provenientes de suas associadas (R\$ 1.782 em 2019).

O capital social da Cooperativa é de R\$ 238.138 e de R\$ 217.206 em 30 de junho de 2020 e de 2019, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado.

b Reservas de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação para a Reserva Legal é de 25%.

b.2 Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação. No primeiro semestre de 2019, houve a utilização de R\$ 5.301.

c Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13(i)). O percentual de destinação do FATES é de 5%.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2019 para aumento do capital (R\$ 5.033).

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020	2019
Centro de Serviços Compartilhados – CSC	1.264	692
Reversão de provisão para contingência (nota 12)	100	-
Recuperação de encargos e despesas	68	5
Atualização monetária de depósito judicial	9	19
Distribuição de sobras do Sicoob Confederação (nota 8)	-	23
Remuneração do capital social junto a CNAC (nota 8)	-	106
	1.441	845

16 Dispêndios com pessoal

Descrição	2020	2019
Proventos	(1.961)	(1.667)
Encargos sociais	(767)	(592)
Honorários e cédulas de presença	(573)	(207)
Benefícios a empregados	(348)	(239)
Treinamentos	(7)	-
	(3.656)	(2.705)

17 Dispêndios administrativos

Descrição	2020	2019
Rateio despesas SICOOB Confederação	(640)	(479)
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	(421)	(814)
Despesas com sistema cooperativista	(369)	(286)
Serviços técnicos especializados	(205)	(95)
Aluguel de imóveis	(180)	-
Vigilância e segurança	(167)	(145)
Processamento de dados	(117)	(61)
Despesas de comunicações	(58)	(54)
Outras despesas administrativas	(361)	(415)
	(2.518)	(2.349)

18 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2020	2019
Outros dispêndios operacionais	(33)	(86)
Correção provisões passivas (nota 12)	(10)	(19)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (i)	-	(2.276)
	(43)	(2.381)

(i) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sistema Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a

integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICOOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral. Em 30 de janeiro de 2020, o SICOOB Confederação divulgou a Carta Circular nº 051 informando a suspensão para o ano de 2020, da arrecadação de recursos financeiros para o Fundo.

19 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos semestres:

a BANCOOB

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o Sicoob São Paulo, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.645.362	4.477.833
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	411.810	350.167
Não circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.178	-
Investimentos (nota 8)	120.105	115.186
Descrição	2020	2019
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	85.417	118.140
Títulos e valores mobiliários	8.461	13.032
Resultado de equivalência patrimonial (nota 8)	4.026	8.798

b SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	28.935	28.935
Descrição		
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 15)	-	23
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (i) (nota 17)	(640)	(479)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (nota 18)	-	(2.276)

- (i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICOOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICOOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, alugueis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 17 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Operações de crédito (nota 6)	1.848	-
Não circulante		
Operações de crédito (nota 6)	1.852	
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (nota 10)	20.922	4.517.584
Relações interfinanceiras (nota 11)	5.912.883	183.425
Não circulante		
Depósitos a prazo (nota 10)	5.177	-
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 14a)	238.138	205.688

Descrição	2020	2019
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Operações de crédito	16	-
Centro de Serviços Compartilhados - CSC (nota 15)	1.264	692
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo (nota 10)	(69.092)	(119.765)
Dispêndios de depósitos intercooperativos (nota 11)	(18.214)	(4.596)

d Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	12	12

e Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Cooperativa inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no primeiro semestre de 2020, montaram a R\$ 573 (R\$ 207 em 2019).

20 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices de Basileia de 14,23% e 11,33% em 30 de junho de 2020 e de 2019, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2020	2019
Patrimônio de Referência Nível I	183.716	104.111
RWA para Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	1.255.622	875.705
RWA para Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	105	62
RWA para Risco Operacional - RWA_{OPAD}	27.699	35.913
RWA total	1.283.426	911.680
Parcelas de Riscos	102.674	72.934
Adicional Capital Principal ACP (i)	16.043	22.792
Parcela R_{BAN}	685	794
Total Parcelas + ACP + R_{BAN}	119.402	96.520
Índice de Basileia - IB	14,23%	11,33%

- (i) Em 16 de março de 2020, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, haverá a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 1/4/2020. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.

21 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Risco de Mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2020 e 2019, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

23 Seguros contratados

Em 30 de junho de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, mortes e invalidez	73
Imóvel	Incêndio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	7.967

Rodrigo Matheus Silva de Moraes
Diretor Presidente
CPF 196.424.368-84

Michele Aparecida Tavares Pinto
Contadora CRC: 1SP 260623/O-9
CPF 318.322.158-65

Pedro Sérgio do Campo
Diretor responsável pela área contábil
CPF 171.274.888-27

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.